



## Governadores ajudarão Senado a definir mudança no Supersimples

Senadores receberão na segunda-feira sugestões dos estados a projeto que amplia alcance da tributação simplificada destinada a microempresas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem governadores para discutir o projeto que aumenta a abrangência do Supersimples, o sistema de tributação simplificada que beneficia pequenos empresários. A ideia é que o projeto atinja um conjunto maior de empreendedores, de forma a estimular a economia nacional e, ao mesmo tempo, não prejudique gravemente a arrecadação dos estados, que enfrentam problemas de caixa. Os governadores enviarão sugestões ao Senado na segunda-feira, e o texto pode ser votado nos dias seguintes. **3**



A senadora Marta Suplicy, autora do substitutivo a ser votado pelo Plenário, fala entre Rodrigo Rollemberg e Renan Calheiros durante reunião com governadores

Jane de Araújo/Agência Senado



Procurador Júlio Marcelo de Oliveira é ouvido pelo relator, Antonio Anastasia, e o presidente da comissão, Raimundo Lira

### Testemunha responsabiliza fraudes fiscais pela crise

As pedaladas fiscais atribuídas ao governo de Dilma Rousseff são uma das causas da crise econômica no país, segundo a testemunha de acusação Júlio Marcelo de Oliveira, procurador do Ministério Público vinculado ao TCU.

Ontem ele prestou depoimento por mais de cinco horas à Comissão do Impeachment. Também ontem, o colegiado rejeitou o pedido da defesa de Dilma para realização de perícia nos decretos suplementares e nas pedaladas. **5**

### Debate condena efeito do ajuste fiscal na educação

Professores, representantes de estudantes e membros de movimentos sociais manifestaram ontem em audiência na Comissão de Educação entendimento de que as medidas de ajuste fiscal anunciadas pelo governo interino de Michel Temer podem ter um “impacto demolidor” no financiamento da educação no Brasil. Para eles, se viabilizadas, vão tornar o país ainda mais desigual e injusto. **8**



Lindbergh, ao lado de Lidice, que preside CPI do Assassinato de Jovens, apresenta propostas para enfrentar a violência

### CPI propõe medidas contra assassinato de jovens negros

Com estatísticas alarmantes, como a de 23 mil jovens negros mortos por ano e taxa de homicídio quatro vezes superior à de brancos da mesma faixa etária, Lindbergh Farias apresentou ontem o relatório final da CPI sobre o Assassinato de Jovens. Ele defende tese de que

está em curso um genocídio da população negra no Brasil e sugere medidas como plano nacional para reduzir homicídios, transparência de dados sobre segurança e violência e fim dos autos de resistência (justificativa usada quando ação policial causa morte ou ferimento de suspeito). **7**

### Desprezar a democracia custa caro, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou em Plenário que o país precisa de calma, ponderação e bom senso em relação às investigações de irregularidades envolvendo o nome dele e de outros senadores. Renan afirmou que tem exercitado a separação de Poderes prevista na Constituição e advertiu que os brasileiros pagam caro toda vez que a sociedade mostra desprezo pela democracia. **2**

### Comissão aprova relatório de MP sobre aviação civil

A comissão mista que analisa medida provisória sobre aviação civil aprovou relatório que eleva de 20% para 49% a participação de capital estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras. Inicialmente, o relator propôs a liberação total do capital estrangeiro no setor, mas mudou o parecer após ouvir parlamentares. O texto, que vai aos Plenários da Câmara e do Senado, extingue o adicional de tarifa aeroportuária. **8**

### Evento com verba federal deverá ter Bandeira Nacional **3**

### Fim de algemas no parto de presas vai para a Câmara **4**

### Porte de armas pode ser concedido a mais carreiras **4**

### Projeto busca ampliar segurança em barragens **6**

# Renan adverte que desprezo à democracia tem alto preço

Em Plenário, presidente do Senado disse que é preciso grandeza para o enfrentamento num momento de incompreensão entre instituições, ressaltando a importância da separação constitucional de Poderes

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, disse ontem em Plenário que os brasileiros pagam caro toda vez que a sociedade mostra desprezo pela democracia. Ele pediu calma, ponderação e bom senso em relação às investigações de irregularidades envolvendo seu nome e outros nomes do Senado. Afirmou que tem exercitado a separação dos Poderes, conforme estabelece a Constituição.

— A democracia, quando comete excessos, ela própria se corrige — declarou Renan, logo depois do discurso do senador Lasier Martins (PDT-RS), que pediu uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as investigações que envolvem nomes do Senado (*leia abaixo*).

Na visão de Renan, é preciso ter grandeza para o enfrentamento, principalmente em um momento de “incompreensão entre as instituições”. O presidente do Senado ainda disse ser preciso aguardar



Para Renan, são necessárias calma e ponderação para apurar irregularidades

para que nenhum movimento faça parecer que o Legislativo esteja querendo influenciar outro poder.

Conforme reportagem publicada no jornal *O Globo*, o procurador-geral da Repú-

blica, Rodrigo Janot, pediu a prisão de Renan por suposta interferência na Operação Lava Jato, da Polícia Federal. O pedido de prisão estaria sendo analisado pelo ministro Teori Zavascki, do STF.

## Arquivamento de pedido contra Romero Jucá terá recurso

Seis senadores protocolaram ontem no Conselho de Ética recurso contra o arquivamento do pedido de abertura de processo disciplinar contra Romero Jucá (PMDB-RR) por quebra de decoro parlamentar. O presidente do conselho, João Alberto Souza (PMDB-MA), arquivou a representação protocolada pelo PDT, que acusa Jucá de quebrar o

decoro parlamentar por tentar obstruir a Operação Lava Jato.

Ao arquivar o pedido, João Alberto afirmou estar fundamentado em um parecer da Advocacia do Senado, que entendeu não haver dados suficientes para embasar a abertura de um procedimento disciplinar. Faltariam documentos para instrução do processo, lista de testemunhas

e especificação de provas a serem produzidas.

Ângela Portela (PT-RR), João Capiberibe (PSB-AP), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Regina Sousa (PT-PI), Telmário Mota (PDT-RR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pedem que o arquivamento ou prosseguimento do processo seja decidido pelo Plenário do Conselho de Ética.

## Lasier quer rapidez na decisão do Supremo Tribunal Federal

Lasier Martins cobrou do STF decisão rápida sobre o pedido de prisão de Renan Calheiros, de Romero Jucá, do deputado Eduardo Cunha e do ex-senador José Sarney, feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

— Se não há fundamentos, que se restabeleça a tranquilidade a todos nós no Senado.

Da Câmara dos Deputados, Lasier cobrou o andamento do projeto de iniciativa popular que apresenta dez propostas contra a corrupção.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Capiberibe: pedido de prisão de Sarney é sinal de menos impunidade

João Capiberibe (PSB-AP) mencionou o pedido de prisão de José Sarney para lembrar a influência do investigado em situações como a cassação do seu mandato de senador em 2004.

Para Capiberibe, as gravações em que Sarney promete ajudar o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado “sem meter advogado no meio” seria uma prova da confiança na impunidade.

— O Brasil espera que esse movimento seja para a frente e para o fundo nas investigações.



Moneira Maniz/Agência Senado

## Regina espera esclarecimentos sobre conversas de Machado

Regina Sousa (PT-PI) manifestou preocupação com as gravações de Sérgio Machado.

Ela citou trechos que se referem a uma intenção de monitorar o MST e a passagem que avalia que o ex-presidente Lula foi conduzido coercitivamente para depoimento na Lava Jato para frustrar a indicação dele para a Casa Civil.

A senadora lembrou que qualquer programa está sujeito a fraudes, mas denunciou um movimento para desqualificar o Bolsa Família.



Moneira Maniz/Agência Senado

## Benedito de Lira sugere diálogo e transparência contra a crise

Benedito de Lira (PP-AL) afirmou que a transparência e o diálogo são indispensáveis na retomada da estabilização política e econômica do país. Redefinição do pacto federativo e medidas para enfrentar o gargalo na infraestrutura e transporte foram as principais reformas estruturantes citadas pelo senador.

— A esperança é que trabalhem pelo desenvolvimento com inclusão social, combatendo desigualdades em todas as regiões.



Moneira Maniz/Agência Senado

## Adiada votação de PEC sobre lista tríplice para escolher procurador-geral

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu adiar ontem a votação de proposta de emenda à Constituição (PEC 47/2013) que insere, no texto constitucional, a exigência de escolha do procurador-geral da República pelo presidente a partir de uma lista tríplice elaborada por membros do Ministério Público Federal (MPF).

O mote do adiamento foi a aprovação de requerimento conjunto de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), autor da matéria, e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), relator da PEC 47/2013, solicitando audiência sobre o assunto.

A questão deverá ser discutida com representantes da Associação Nacional do Ministério Público Militar, da Associação Nacional dos Procuradores da República, da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, da Associação Paulista do Ministério Público e da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Randolfe já apresentou parecer favorável à PEC 47/2013 e propôs, por meio de uma emenda, três alterações importantes no texto original. Além de inserir a obrigatoriedade de escolha do procurador-geral da República entre os indicados em lista tríplice, estabelece mandato de quatro anos e proíbe a recondução ao cargo.

No texto original, a PEC 47/2013 abre a possibilidade de membros de outras carreiras do Ministério Público da União (MPU) também participarem do processo de indicação para a lista tríplice. Por outro lado, mantém o atual mandato de dois anos, com permissão de recondução.

A convergência entre a emenda apresentada por Randolfe e a proposta de Cássio se resumia ao fato de os indicados na lista tríplice para o cargo de procurador-geral da República continuarem sendo escolhidos pelos membros de apenas uma das quatro carreiras do MPU: o Ministério Público Federal.

Se for aprovada pela CCJ, a proposta seguirá para dois turnos no Plenário do Senado antes de ir para a Câmara.

## No primeiro pronunciamento como senador, José Aníbal aborda crise econômica do país

No primeiro discurso no Senado, José Aníbal (PSDB-SP), que assumiu a vaga do ministro das Relações Exteriores, José Serra (PSDB-SP), comentou a crise econômica. Ele reclamou que a expansão ilimitada dos interesses particulares no



Jefferson Rudy/Agência Senado

Estado é responsável pela bancarrota das finanças.

— Não é por acaso que uma das cobranças que se faz ao novo governo seja de conceder reajuste para o qual não há viabilidade. Os cofres públicos estão em frangalhos.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### CRA Controle de doenças

8h Audiência pública interativa discute protocolo para controle de doenças por meio da aplicação aérea de inseticidas.

#### CDH População de rua

9h Audiência pública interativa para debater a criação do Plano Nacional de Ação da Política para a População em Situação de Rua.

#### IMPEACHMENT Testemunhas

10h A comissão especial ouviu quatro testemunhas: Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra, Eumar Novacki, Leonardo Gomes Pereira e Marcus Pereira Aucélio.

#### CRE Embaixador na Argentina

10h A Comissão de Relações Exteriores sabatina Sérgio Danese, indicado para o cargo de embaixador do Brasil na Argentina.

#### PRESIDÊNCIA Aroldo Cedraz

12h30 Renan Calheiros recebe o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Aroldo Cedraz. Às 16h, preside a ordem do dia.

#### PLENÁRIO Pauta trancada

14h A Medida Provisória 715/2016, que abre crédito ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, tranca a pauta.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Sugestões dos estados chegarão na segunda-feira e projeto, que desonera microempresários, deverá entrar em seguida na pauta do Plenário

# Senado ouvirá governadores antes de votar mudanças no Supersimples

O SENADO DEVE votar na próxima semana a atualização do Supersimples, programa de tributação simplificada para pequenas e microempresas. Os governadores que se reuniram ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, enviarão análises e sugestões até a segunda-feira. A partir disso, o Plenário poderá votar a proposta.

A relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), apresentou um substitutivo ao PLC 125/2015, que atualiza o Supersimples. O novo texto eleva as faixas de renda bruta anual necessárias para que empresas e microempreendedores individuais se encaixem no programa, suaviza a progressividade da tributação sobre os participantes e dobra o prazo de refinanciamento das dívidas tributárias dos pequenos e microempresários.

Renan disse que o projeto pode ser o primeiro passo para retomar o crescimento da economia e a geração de empregos no Brasil, desburocratizando e desonerando a atividade das pequenas e microempresas e dos microempreendedores individuais.

O governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, afirmou que a proposta foi muito bem recebida pelos governadores:

— O projeto caminha na direção ampliar os limites do Supersimples sem impactar as finanças dos estados. Acredito que faremos um bom acordo.

A reunião de líderes na terça-feira, um dia após as respostas dos governadores, decidirá sobre a inclusão do PLC 125/2015 na pauta do Plenário do Senado.

Além de Rollemberg, compareceram à reunião os governadores Renan Filho (AL),



No centro, Rodrigo Rollemberg, Marta Suplicy e Renan Calheiros em reunião com governadores na Presidência do Senado

Ricardo Coutinho (PB), Paulo Câmara (PE) e Jackson Barreto (SE). Além deles, estiveram presentes os secretários estaduais de Fazenda do Distrito Federal, de Goiás, do Maranhão e de São Paulo.

Marta comemorou a boa receptividade do projeto pelos governadores e viu com naturalidade o pedido de um prazo para que eles analisem os detalhes do texto e as consequências específicas das mudanças para cada estado.

## Quebradeira

Ela ressaltou que mais de 95% dos empregos no Brasil são gerados por pequenas empresas e que por isso é necessário estimular a atividade delas:

— Estamos vendo uma quebradeira muito grande. Sabemos que, para injetar dinamismo na economia, precisamos de um projeto que permita não só que essas empresas não fechem, mas que se animem. Tem muito profissional liberal que está sendo demitido e gostaria de abrir a sua pequena empresa. Isso vai ajudar nessa direção.

As mudanças previstas no

substitutivo são relacionadas a necessidades específicas dos estados. O limite máximo de renda para uma empresa pertencer ao Supersimples, que atualmente é de R\$ 3,6 milhões, é elevado para R\$ 4,8 milhões, em vez dos R\$ 14 milhões do projeto original. Isso foi feito para não prejudicar a arrecadação dos estados, segundo a senadora.

Em compensação, explicou Marta, a Receita cedeu na negociação das dívidas tributárias e aceitou dobrar o prazo do refinanciamento para 120 meses. Na nova configuração do projeto, Marta estima que a União terá uma perda de arrecadação de R\$ 1,8 bilhão. No entanto, os estados e municípios poderão obter, respectivamente, R\$ 105 milhões e R\$ 54 milhões a mais com a nova configuração do programa.

Caso seja aprovado pelo Senado, o PLC 125/2015 terá que voltar para a Câmara. Marta disse acreditar que a tramitação não será problemática:

— Como a Câmara participou com representantes em todas as negociações, está tudo bem azeitado. Acredito que

antes do final de junho nós aprovaremos o projeto.

## Servidores

Após a reunião, Renan falou sobre os projetos de lei recentemente aprovados pela Câmara que promovem reajustes salariais para o serviço público e criam cargos na administração federal. Eles serão agora analisados pelo Senado.

O presidente afirmou que os parlamentares precisarão ser cuidadosos. Ele lembrou que o país já deve fechar o ano com déficit nas contas públicas, segundo proposta enviada pelo Executivo.

— Das duas, uma: ou nós fomos convencidos equivocadamente com relação ao déficit, ou a União não pode criar cargos nem atualizar tetos. Temos que esclarecer isso. É fundamental saber se o déficit foi equivocado, porque senão fica difícil compatibilizar aumento de teto, criação de cargos e reajuste de salários.

Renan disse que pretende convidar o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para uma conversa sobre o assunto antes de votar as propostas.

## Bandeira do país deve aparecer em evento com verba federal

O Plenário aprovou o PLC 158/2015, que torna obrigatória a exibição da Bandeira Nacional em peças e campanhas de divulgação de eventos, bens ou serviços de cunho esportivo ou cultural que sejam patrocinadas com recursos públicos federais. O projeto segue para sanção presidencial. A proposta estende a obrigatoriedade aos eventos de futebol de clubes que recebem recursos da Timemania.

## Brasil terá nova delegada em entidade de aviação

A indicação da diplomata Mitzi Gurgel Valente da Costa para o cargo de delegada permanente do Brasil na Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci) foi aprovada ontem no Plenário. A indicação já havia sido aprovada, após sabatina, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), definiu a sabatina como brilhante.

## Adiada discussão sobre contratos de prestação de serviço

Foi adiada por 30 dias a discussão do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 195/2015, que estabelece que o prazo de prestação de serviço nos contratos entre empresas pode ser superior a quatro anos. O adiamento, decidido em Plenário por 48 votos a 7, atendeu a requerimento de Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Segundo o senador, a proposta trata de terceirizações e por isso exige mais tempo para reflexão.

## Avança projeto que busca ajustar Lei de Inclusão

A Lei Brasileira de Inclusão, que vigora há quatro meses, está sendo aperfeiçoada por medidas corretivas previstas em projeto aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O texto (PLS 757/2015) receberá decisão final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta altera pontos da Lei 13.146/2015 que podem criar vulnerabilidades para pessoas que se mostrem incapazes de executar determinados atos da vida civil. O projeto é de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e do presidente da CDH, Paulo

Paim (PT-RS). Foi aprovada na forma de substitutivo apresentado pelo relator, Telmário Mota (PDT-RR).

Segundo Telmário, apesar dos avanços assegurados pela lei, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, tornou-se necessário corrigir equívocos.

## Curatela

O relator afirma que a tentativa da legislação de respeitar a autonomia das pessoas com deficiência e empoderá-las, em alguns casos poderia “deixar à própria sorte” aqueles que se mostrarem incapazes

de realizar por si mesmo determinados atos.

A principal controvérsia diz respeito à chamada curatela, encargo atribuído pela Justiça a um adulto para proteger os interesses de pessoas judicialmente incapazes. Um dos artigos da lei restringiu a curatela a atos de natureza patrimonial e negocial.

O projeto mantém essa aplicação como preferencial, mas admite o uso do instrumento, em hipóteses excepcionais, em relação a decisões sobre corpo, sexualidade, casamento, privacidade, educação, saúde, trabalho e voto.

## Acesso em Libras pode se tornar obrigatório em serviços ao cidadão

Unidades de atendimento aos cidadãos que possuam balcões de diferentes órgãos públicos deverão oferecer serviços de tradução e interpretação da linguagem brasileira de sinais (Libras).

Essa obrigatoriedade consta de projeto (PLS 52/2016) de Ciro Nogueira (PP-PI) aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O projeto segue para a Comissão de Educação (CE).

O relator, Ricardo Franco (DEM-SE), apresentou emenda para determinar o

prazo de 180 dias para que as instituições se adaptem à nova regra. A organização dos serviços poderá ocorrer por meio de profissionais habilitados ou de equipamentos de informática.

Na avaliação de Franco, essa informatização poupará dinheiro aos cofres públicos e permitirá o ajuste racional da oferta à demanda. O senador esclareceu que a proposta organiza a oferta desses serviços, não criando cargos ou funções, e contribui para o exercício da cidadania.

Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem o relatório de Ângela Portela a projeto reivindicado pelos movimentos de mulheres

# Proibição de algemar presas em trabalho de parto vai para a Câmara

DEVE SEGUIR PARA a Câmara proposta que proíbe o uso de algemas em presidiárias durante o trabalho de parto. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em turno suplementar e em decisão final, projeto que atende a antiga reivindicação dos movimentos de mulheres (PLS 75/2012).

A proposta da senadora licenciada Maria do Carmo Alves (DEM-SE), apresentada há cerca de quatro anos, só agora completou sua tramitação, com o relatório favorável de Ângela Portela (PT-RR). No primeiro turno, na semana passada, ela obteve aprovação por unanimidade. A expectativa é de que não haja recurso para ser votado em Plenário.

## Riscos

Maria do Carmo observou que o uso de algemas pode acarretar riscos à mãe e ao bebê, provocando inclusive parto antecipado, argumento que a relatora encampou em seu substitutivo de redação.

No parecer, Ângela caracterizou o procedimento como uma violência contra as mulheres, condenada pela Organização das Nações Unidas (ONU). “As mulheres em trabalho de parto detêm o direito constitucional de não sofrer qualquer tipo de violência, garantindo, portanto, sob todos os ângulos, sua dignidade”, disse.



Senadores completam tramitação de projeto de Maria do Carmo, em reunião do colegiado presidido por José Maranhão

## Penas alternativas podem substituir prisão para gestantes

Condenadas gestantes ou que tenham filho de até seis anos devem ser beneficiadas com a substituição da prisão por penas restritivas de direito, como prestação de serviços à comunidade. É o que propõe projeto (PLS 669/2015) de Telmário Mota (PDT-RR) aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A proposta, que altera o Código Penal, seguirá para decisão final na CCJ. Pelo texto, a concessão deve ser aplicada quando o crime não for hediondo e não tiver sido praticado mediante violência



Telmário defende convívio entre mãe e criança longe do ambiente carcerário

ou grave ameaça. Atualmente, enquanto estiver amamentando, a condenada tem direito a permanecer com o filho na

unidade prisional, caso o juiz não conceda a prisão domiciliar. Penitenciárias femininas devem contar com uma ala reservada para grávidas e internas que estejam amamentando. A criança tem direito a atendimento por pediatra enquanto estiver na unidade.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), apresentou, como substituto, o relatório de João Capiberibe (PSB-AP). O texto destaca que há interesse público em preservar os vínculos maternos em favor das crianças, principalmente na primeira infância.

## Avança projeto de porte de arma para mais carreiras

O direito ao porte de arma de fogo, autorizado em lei para auditores fiscais da Receita Federal e auditores do Trabalho, poderá ser concedido para mais cinco categorias profissionais: oficiais de Justiça, peritos médicos do INSS, auditores tributários dos estados e do DF, avaliadores do Judiciário e defensores públicos.

A medida é prevista em projeto (PLC 30/2007) aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Agora, a proposta do ex-deputado Nelson Pelegriano será examinada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), antes de ir a Plenário.

Para o relator, José Medeiros (PSD-MT), os membros dessas carreiras necessitam de porte de armas pelo risco de sofrerem retaliações de pessoas que se sentirem prejudicadas com as decisões associadas ao trabalho que executam.

No caso dos auditores tributários, a extensão do porte de arma, de acordo com o relator,



Comissão de Direitos Humanos aprovou direito para cinco categorias profissionais

deverá contribuir para evitar atos de violência cometidos por fiscalizados. Explicou que esses servidores muitas vezes exercem sua função em áreas de divisa entre estados, afastados dos grandes centros e distantes de postos policiais.

Medeiros afirmou que os oficiais de Justiça estão igualmente expostos a condições de periculosidade. Observou que as ordens judiciais decorrentes de decisões dos juízes são cumpridas nas mais diversas

condições e localidades. Para isso, disse o senador, os oficiais são levados a percorrer “desde os tapetes vermelhos dos palácios até as vielas enlameadas das favelas”.

O relator também destacou que os peritos médicos da Previdência Social, avaliadores judiciais e defensores públicos desempenham funções em que podem contrariar interesses de periciados, avaliados, réus ou acusadores e, assim, tornarem-se vítimas de agressões.

## Mudanças na Lei Maria da Penha são adiadas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou, por uma semana, a votação de projeto que permite ao delegado de polícia aplicar provisoriamente, até decisão judicial, medidas de proteção à mulher vítima de violência doméstica.

A proposta (PLC 7/2016) inclui a permissão na Lei Maria da Penha, entre outras modificações.

O pedido de vista coletiva foi encaminhado por Marta Suplicy (PMDB-SP), após a leitura do parecer favorável do relator, Aloysio Nunes (PSDB-SP), que enfatizou a necessidade de evitar que a mulher espancada volte para casa e continue a conviver com o agressor.

Marta destacou “a enorme importância” do projeto e disse estranhar que ele não tenha sido analisado previamente pela Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMVM). Ela ponderou que a abertura de “brechas” na Lei Maria da Penha não pode acontecer sem discussão aprofundada, argumentação endossada pela presidente da CMVM, Simone Tebet (PMDB-MS).

Simone defendeu o atendimento inicial da vítima por delegado de polícia do sexo feminino. Mas Eduardo Braga (PMDB-AM) considerou a medida temerária, já que 52% dos municípios brasileiros sequer contam com apoio direto da Justiça.

## Todos os estados terão debates sobre direitos previdenciários

O calendário unificado de debates da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, lançada no dia 31 de maio, foi divulgado ontem pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS). Previdência Social, trabalho escravo, terceirização e piso salarial legislado são os temas a serem levados aos 27 estados e ao Distrito Federal a partir da próxima semana.

Entre os pontos defendidos pelos representantes dos trabalhadores que participaram da reunião de trabalho, na CDH está a realização de mobilizações pelos movimentos sociais e sindicais em prol da recriação do Ministério da Previdência Social, pasta que foi incorporada ao Ministério da Fazenda.

Durante a reunião, Paim criticou a reforma da Previdência Social e alertou que o fim do ministério prejudicará

os trabalhadores.

— A Previdência não precisa de reforma, tendo em vista que o superavit chegou a mais de R\$ 54 bilhões em 2014. O que temos é a falácia de um rombo como pretexto para tirar direitos dos trabalhadores e dos aposentados — disse.

Para o representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Floriano de Sá Neto, é necessário que todas as categorias se unam.

As primeiras audiências ficaram marcadas para a Região Sul: 16 de junho, no Paraná; 17, em Santa Catarina; e 20, no Rio Grande do Sul. As datas prováveis seguintes são: 8 de julho, no Mato Grosso e 5, 19 e 29 de agosto no Pará, Tocantins e Goiás, respectivamente. Em Minas Gerais, o debate deve ser em 2 de setembro; no Rio de Janeiro, em 7 de outubro; e na Bahia, em 28 de outubro.

Ouvido no processo de impeachment como parte da acusação a Dilma, o procurador Júlio Marcelo de Oliveira afirmou que a presidente afastada cometeu crime de responsabilidade

# Pedaladas são causa da crise, diz testemunha

O PROCURADOR DO Ministério Público Júlio Marcelo de Oliveira, vinculado ao Tribunal de Contas da União (TCU), avaliou ontem que as “maquiagens” nas contas públicas atribuídas à gestão Dilma Rousseff são uma das causas da crise econômica. Ele prestou depoimento por mais de cinco horas à Comissão Especial do Impeachment. No fechamento desta edição, o colegiado ainda ouvia a segunda testemunha de acusação, o auditor fiscal do TCU Antonio Carlos Costa d'Ávila Carvalho, e tinha programado o depoimento de uma terceira testemunha: Adriano Pereira de Paula, do Tesouro Nacional (*leia a cobertura na edição de amanhã*). Outros depoimentos estão previstos para hoje.

— O artifício que foi utilizado para a expansão do gasto fiscal implicou o aumento da dívida pública não conhecida da sociedade, porque foi maquiada pela omissão do Banco Central. Implicou a perda de confiança dos agentes econômicos nos números e no futuro da economia e a perda do grau de investimento do Brasil pelas agências de classificação de risco — argumentou Oliveira em resposta a Ronaldo Caiado (DEM-GO).

Para o procurador, a presidente afastada desrespeitou a lei orçamentária e cometeu crime de responsabilidade ao abrir créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional e ao atrasar o repasse de equalizações de taxas de juros aos bancos federais.

— Em relação aos débitos bilionários no Banco do Brasil [no caso do Plano Safra], é obrigação da presidente ter consciência disso. Não podemos construir a teoria da irresponsabilidade da presidente, em que o Tesouro fica devendo bilhões aos bancos federais e a presidente da República se declara inconsciente do que está acontecendo na sua gestão — criticou.

Os senadores contrários ao impeachment reclamaram do pouco tempo para as perguntas e as respostas das testemunhas: 12 minutos no total. Segundo Humberto Costa (PT-PE), esse prazo não permite uma “inquirição minimamente decente”:

— O que foi dito aqui é forçar a barra: tentar caracterizar a relação União-Plano Safra-Banco do Brasil como uma operação de crédito — disse.

Já o senador Álvaro Dias (PV-PR) considerou grave que Dilma soubesse que as práticas econômicas eram ilegais e as mantivesse.

— Em determinado momento, técnicos do Tesouro Nacional alertaram as autoridades e, portanto, a Presidência da República — afirmou.

Ao responder aos autores da acusação, Janaína Paschoal e Miguel Reale Júnior, o procurador contou que, após as manifestações do TCU, o governo federal quitou quase a totalidade das pedaladas fiscais. Segundo ele, restou um saldo de R\$ 3,3 bilhões, transferido para janeiro deste ano. Oliveira e o advogado de defesa de Dilma, José Eduardo Cardozo, discordaram em muitos pontos. Um deles, em relação à responsabilidade das pedaladas sobre a crise econômica.

— A pergunta é: relativamente aos fatos do processo, as pedaladas 2015, o que implicaram para o agravamento da crise econômica? Em que dimensão isso ocorreu? — questionou Cardozo.

O procurador repetiu não ter dúvidas de que as pedaladas têm conexão com a crise.



Testemunha de acusação, Júlio Marcelo de Oliveira (E), ao lado de Antonio Anastasia e Raimundo Lira

## Realização de perícia é rejeitada pela Comissão de Impeachment

A realização de perícia nos decretos suplementares e nas pedaladas fiscais solicitada pela defesa de Dilma Rousseff foi negada ontem pela Comissão Especial do Impeachment. O pedido havia recebido apoio do relator do processo, Antonio Anastasia (PSDB-MG), mas foi rejeitado pelo colegiado.

Para os apoiadores do impeachment, a realização da auditoria seria perda de tempo e desperdício de dinheiro público. Também alegaram a impossibilidade de fazer uma perícia com cuidado num curto espaço de tempo, já que o afastamento de Dilma da Presidência para julgamento do impeachment não pode ultrapassar 180 dias.

A defesa havia solicitado que o trabalho de auditoria fosse feito por um organismo internacional, o que foi negado por Anastasia. O presidente da comissão, Raimundo Lira (PMDB-PB), disse que nomearia peritos da área de Orçamento do Senado, que teriam dez dias para concluir a atividade. Mesmo assim, a solicitação não teve apoio de integrantes do colegiado, como Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

— Esse tipo de trabalho de perícia tem prazo para começar, mas não para terminar. O TCU, amparado pela Constituição, dispõe de todos os estudos técnicos e pareceres. Contratar empresa no Brasil ou no exterior não faz sentido. O trabalho já foi feito por um órgão de Estado. O TCU existe para isso — afirmou.

José Eduardo Cardozo, advogado de Dilma Rousseff, alegou que uma perícia poderia jogar por terra os argumentos da acusação. Com a rejeição do pedido pela comissão, ele prometeu recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

— É algo essencial, pois vai provar que os decretos não tiveram impacto financeiro. Esse é o receio da acusação: ver sua retórica jurídica desmoronada.

### Manifestação do TCU

A reunião de ontem foi aberta com questões preliminares, como o pedido da defesa para que o processo de impeachment aguardasse a manifestação do TCU sobre as contas de 2015.

— É uma questão que precede a tudo e diz respeito ao ponto principal

da acusação. A denúncia de que Dilma estaria desrespeitando uma meta prevista anualmente foi apresentada em setembro de 2015. Como avaliar decretos e pedaladas de 2015 se nem o TCU avaliou isso? — questionou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Prevaleceu o entendimento do relator, segundo o qual a emissão de parecer prévio do TCU não é condição para que o processo tenha procedência.

— A reprovação das contas pelo TCU são pós-fatos irrelevantes. O fato se consuma no momento que se realiza operação de crédito ilegal. Já se realizou e consumou. No momento que há edição de decreto sem anuência legislativa, pouco importa se lá na frente houve ou não consequências fiscais, até porque a LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal] é uma lei de precaução — afirmou Miguel Reale Jr., um dos autores da denúncia.

Também ontem, defesa e acusação chegaram ao consenso de que devem ser levados em conta quatro dos seis decretos de suplementação orçamentária expedidos pela presidente Dilma Rousseff sem anuência do Parlamento.



Para Cardozo, perícia provaria que decretos não tiveram impacto financeiro. No entanto, prevaleceu visão de Ferraço de que parecer do TCU já é suficiente

## Ministro esclarecerá medida que limita viagens aéreas de Dilma

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, general Sérgio Etchegoyen, será convidado a prestar esclarecimentos sobre a restrição aos deslocamentos da presidente afastada Dilma Rousseff em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) e sobre

notícias de que o GSI está monitorando movimentos sociais em todo o país.

Os requerimentos pedindo a presença do ministro foram aprovados ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), atendendo propostas de Paulo Paim (PT-RS) e Randalfe Rodrigues (Rede-AP).

Paim disse que os riscos à segurança decorrentes de viagens de Dilma em aviões de carreira ou por meio terrestre serão de responsabilidade do GSI.

Randalfe citou uma reportagem da *Folha de S.Paulo*. Segundo o jornal, o general Etchegoyen disse que teria recebido a missão de monitorar

movimentos sociais e utilizaria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) nessa tarefa.

### Outros ministros

A CDH decidiu convidar ainda o ministro da Transparência, Torquato Jardim, para que explique a intenção de trabalhar para modificar a lei

que regulamenta os acordos de leniência, e a secretária de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes, para que fale a respeito do plano de trabalho em relação às competências e atividades atuais da pasta.

Jardim será ouvido a pedido de Randalfe. Fátima, a pedido de Regina Souza (PT-PI).

# Comissão aprova medidas para segurança de barragens

Relatório, que agora se torna projeto de lei, prevê que mineradora será responsabilizada por rompimento de construção, mesmo que não tenha culpa

A LEI PRECISA determinar que as mineradoras têm responsabilidade civil objetiva no caso de rompimento de barragens, independentemente da existência de culpa, sugere o relatório que foi aprovado anteontem pela Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens e que agora se transformará em projeto de lei e será analisado pelas comissões do Senado.

A comissão temporária foi criada após o rompimento das barragens de rejeitos tóxicos da mineradora Samarco em Mariana (MG), em novembro de 2015. A catástrofe, de enormes proporções, matou dezenas de pessoas, destruiu centenas de quilômetros quadrados de matas e plantações e contaminou o Rio Doce e o litoral do Espírito Santo.

O texto aprovado é do relator da comissão, Ricardo Ferraço (PSDB-ES). O senador pede mudanças na Política Nacional de Barragens, estabelecida na Lei 12.334, de 2010, para tornar mais efetiva a fiscalização dessas construções e evitar a repetição de tragédias como a de Mariana.

O parecer sugere a transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em agência reguladora. Ferraço argumenta que a autarquia sofre há anos com cortes orçamentários e



Rompimento de barragem de rejeitos em Mariana motivou criação do colegiado

quadros desfalcados e insuficientemente capacitados, o que enfraquece a fiscalização e potencializa os riscos de desastres, sobretudo em períodos de queda das cotações das commodities minerais, quando as mineradoras podem ser tentadas a reduzir os gastos com segurança.

O relatório recomenda ao governo federal e aos estados prover recursos humanos, materiais e financeiros para que os órgãos competentes façam a fiscalização das condições estruturais das barragens.

## Treinamento

Às prefeituras e aos órgãos de defesa civil, o relatório recomenda o envolvimento “com mais intensidade” na questão da segurança, oferecendo treinamentos à população de áreas potencialmente afetadas por esses empreendimentos.

O relatório sugere várias mudanças no marco legal. Que sejam delimitados valores máximo e mínimo das multas e discipline sanções aplicáveis aos infratores. Que sejam de-

finidas como crime condutas irresponsáveis de empreendedores que exponham a população e o meio ambiente a risco de desastre. Que se exijam, nas barragens com alto potencial de dano, a validação do projeto e do plano de segurança por profissional independente de notória especialização no setor. E que o empreendedor seja obrigado a manter atualizado e em operação o plano de segurança da barragem até a sua completa desativação. Também que sejam especificados quais agentes podem ser responsáveis pelos crimes cometidos contra a segurança das barragens.

Cópias do relatório aprovado ontem serão encaminhadas ao DNPM, à Agência Nacional de Águas (ANA), à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ao Ministério Público de Minas Gerais e ao Ministério Público Federal.

# Para coordenador do Ministério da Transparência, corrupção é sistêmica

A corrupção no Brasil é sistêmica e decorre de um ambiente em que o custo de oportunidade para o transgressor é historicamente baixo, afirmou Rogério Vieira dos Reis, coordenador-geral de Auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (a antiga Controladoria-Geral da União).

Além disso, disse Reis, considerando que as instituições brasileiras são relativamente fortes, mas não totalmente resistentes ao problema, grupos de interesse têm se articulado para negociar e obter benefícios ilegais à custa da estrutura do Estado.

Reis abriu na segunda-feira, no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o Ciclo de Palestras no Poder Legislativo sobre Combate e Prevenção à Corrupção.

Ele apresentou as ações de prevenção e combate que têm sido realizadas pelo ministério.

De acordo com ele, o fenômeno é de difícil mensuração, pois a relação ganha-ganha entre os transgressores mascara a dimensão do problema — diferentemente de outros crimes, em que existem duas partes evidentemente em conflito, com um lado transgredindo e outro sendo explicitamente lesado.

## Delação premiada

Um dos modos de combater o problema, na avaliação de Vieira, é justamente afetar a percepção dos potenciais e dos atuais transgressores, gerando um aumento do custo de oportunidade da corrup-

ção. Para ele, o Brasil tem feito isso por meio de operações policiais, delações premiadas e responsabilização de empresas. Também tem havido, ressaltou, o aumento das chances de punição por meio de processos administrativos disciplinares, da emissão de declarações de inidoneidade de pessoas jurídicas e do aumento da eficiência judiciária.

Reis salientou que existe um longo caminho a ser trilhado pela sociedade para minimizar a corrupção. Ainda assim, avanços como a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013) e os portais da transparência dos órgãos públicos indicam que o Estado está no caminho do fortalecimento da função pública do aparelho burocrático.

## Próxima palestra

O ciclo de palestras promovido pelo ILB continua na próxima segunda-feira com o auditor do Tribunal de Contas da União (TCU) Carlos Mamede, que falará sobre compras públicas de tecnologia da informação.

O encontro será no auditório do ILB, das 16h30 às 18h30.

As palestras destinam-se a alunos e professores da pós-graduação do ILB, autoridades e servidores dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, pesquisadores, estudantes e professores de graduação e pós-graduação de outras instituições de ensino.

Outras informações sobre o ciclo de palestras podem ser obtidas pelo telefone (61) 3303-4701.

# Senado faz hoje debate sobre saneamento e meio ambiente

Como parte das atividades do Mês do Meio Ambiente — junho —, o programa Senado Verde, em parceria com o EcoCâmara, promove hoje uma mesa-redonda com o tema “Saneamento básico e meio ambiente”.

O evento, aberto ao público

e sem necessidade de inscrição, está marcado para as 15h, na sala 15 da Ala Alexandre Costa, no Senado.

O debate abordará questões relacionadas à legislação e à situação do saneamento no Distrito Federal.

Participarão o consultor

legislativo da Câmara dos Deputados José de Sena, o consultor legislativo do Senado Luiz Beltrão e a assessora da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) Raquel Brostel.

O saneamento básico foi o tema de capa da revista *Em*

*Discussão!* que circulou em maio.

A revista descreve as deficiências no setor e seus efeitos na saúde pública e no meio ambiente. A abordagem tem como base a avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico pela Comissão de

Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O saneamento básico também é o tema da edição 2016 da Campanha da Fraternidade Ecumênica.

Revista *Em Discussão!*: [www.senado.leg.br/emdiscussao](http://www.senado.leg.br/emdiscussao)

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

# Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Relatório final denuncia genocídio da população negra jovem e sugere medidas como plano nacional contra homicídios, transparência nos dados e fim do auto de resistência

# CPI propõe ações para reduzir morte de jovens

A CADA ANO, 23 mil jovens negros de 15 a 29 anos são mortos no Brasil. A taxa de homicídios entre jovens negros é quase quatro vezes a verificada entre os brancos, o que reforça a tese de que está em curso um genocídio da população negra.

Essa é uma das constatações do relatório final da CPI sobre o Assassinato de Jovens, apresentado ontem pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ). O relatório sugere três ações principais: um plano nacional de redução de homicídios de jovens, transparência de dados sobre segurança pública e violência e fim dos autos de resistência (justificativa usada quando a ação policial causa morte ou ferimento no suspeito). A desmilitarização da polícia é outra recomendação do documento.

A comissão, instalada em maio de 2015, ouviu mais de 200 pessoas em 29 audiências públicas em vários estados. De acordo com dados apurados pela CPI, o homicídio continua sendo a principal causa de morte de jovens negros, pobres, moradores da periferia dos grandes centros urbanos e também do interior do país.

— A cada 23 minutos um



Lindbergh (ao microfone) e Lídice apresentam conclusões da comissão de inquérito, que ouviu mais de 200 pessoas

jovem negro é assassinado no Brasil. Genocídio da população negra é a expressão que melhor se enquadra à realidade atual do país — disse Lindbergh.

## Protocolo

De acordo com o senador, os problemas relacionados à gestão da segurança pública apurados no relatório indicam a necessidade de criar um protocolo de ações básicas para que União e estados atuem de forma coordenada. Entre as diretrizes para elaboração de um plano de redução de homicídios, está priorizar

esforços e recursos em territórios selecionados com taxas maiores de vulnerabilidade.

A criação de um banco de dados nacional com indicadores de violência e de um só protocolo para registrar autos de resistência também estão entre as recomendações. Dados apontam que, nos assassinatos cometidos por policiais no Rio em confronto com suspeitos, 99% dos casos são arquivados sem investigação e, em 21% dos casos, as vítimas tinham menos de 15 anos.

— A polícia que mata não pode ser a polícia que investiga

— disse Dandara Tonantzin, do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Lídice da Mata (PSB-BA), presidente da comissão, defendeu a aprovação do projeto de lei que acaba com os autos de resistência (PL 4.471/2012), em análise na Câmara:

— Nós pretendemos que esse projeto seja uma das principais bandeiras desta CPI — disse.

## Desmilitarização

A reestruturação da segurança pública, com a desmilitarização e a unificação das polícias militar e civil, é outra

sugestão. Para Lindbergh, o modelo de formação e treinamento dos policiais deve ser repensado. Ele é autor da PEC 51/2013, que trata do tema.

Mãe de um jovem assassinado por grupos de extermínio, Débora da Silva (que criou o movimento Mães de Maio, para exigir a investigação dos crimes), elogiou o relatório:

— O Estado tem que investir em programas sociais, e não diminuir a idade penal — disse.

Lindbergh destacou a responsabilidade do Estado, que, direta ou indiretamente, provoca o genocídio:

— Os índices de mortalidade assumem dimensões de países em guerra. E mais impactante é o silêncio da sociedade, para quem esses assassinatos não constituem um problema social. Ao contrário, são considerados por muitos uma necessária estratégia de erradicação da bandidagem. O grande desafio é colocar esse tema como uma questão central da política nacional.

Para Fábio George Cruz da Nóbrega, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o relatório será um norte para combater a violência contra a juventude negra.

## Segue para sanção obrigatoriedade de informar sobre lactose em rótulo

Em reanálise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto que determina que o rótulo dos alimentos contenha a informação da presença de lactose foi aprovado ontem e deverá seguir para a sanção. Foi rejeitado o substitutivo da Câmara, sendo aprovado o texto do Senado (PLS 260/2013).

O substitutivo da Câmara (SCD 1/2016) previa que, além da lactose, o rótulo indicasse a presença de caseína, que é a proteína do leite. O texto também proibia o uso de gordura vegetal hidrogenada na composição de alimentos para consumo humano produzidos ou comercializados

no Brasil. O relator, senador Dalirio Beber (PSDB-SC), apresentou parecer contrário ao substitutivo.

Quando à obrigatoriedade de indicar a presença de caseína, Beber alegou que norma mais ampla foi editada pela Anvisa, com requisitos para rotulagem obrigatória dos principais alimentos que causam alergias alimentares. Isso, para o relator, “torna desnecessária” a emenda da Câmara. Sobre a proibição da gordura vegetal hidrogenada, ele entendeu que a iniciativa deve ficar a cargo da Anvisa.

O texto aprovado no Senado em 2014 apenas obriga que o



Contrário a substitutivo da Câmara, Dalirio Beber defendeu texto do Senado

fornecedor informe no rótulo se o alimento contém lactose. O autor, senador Paulo Bauer (PSDB-SC), justificou a inicia-

tiva indicando resultados de estudos que apontam a elevada ocorrência de intolerância à lactose no Brasil.

## Vai à Câmara projeto que proíbe exigir experiência de candidato a estágio

Exigir experiência de candidato a estágio pode ser proibido por lei. É o que estabelece projeto de Acir Gurgacz (PDT-RO) aprovado ontem em decisão final pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Quem descumprir a norma fica sujeito a multa de R\$ 3 mil a R\$ 30 mil. O texto segue para a Câmara, se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

No projeto (PLS 140/2015), Gurgacz informa que vários

estudantes denunciam a exigência de experiência para a admissão de estagiários. Para o senador, isso contraria o propósito do estágio, que é o de proporcionar experiência profissional ao aluno que ingressa no mercado de trabalho. Em vez disso, o empregador usa o estágio para obter mão de obra barata, afirma.

O relator, senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), deu parecer favorável ao projeto.

## Texto obriga conselho de Medicina a fiscalizar estrangeiro no Mais Médicos

Projeto que obriga os conselhos regionais de Medicina (CRMs) a fiscalizar a atuação dos médicos estrangeiros que atuam no Programa Mais Médicos foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão final. O texto (PLS 266/2014) segue para a Câmara, a menos que haja recurso para votação em Plenário.

A proposta obriga a coordenação do programa a enviar, a

cada seis meses, um relatório para o CRM de cada estado, com a relação dos médicos intercambistas participantes, seu número de registro e o nome e o número de inscrição no CRM do supervisor e do tutor acadêmico de cada um dos profissionais estrangeiros.

O relator, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), deu parecer favorável à proposta, que tem como autor o ex-senador Vital do Rêgo.

### CÔNJUGE VIÚVO PODERÁ TER LICENÇA-MATERNIDADE

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em turno suplementar, proposta que assegura licença-maternidade e salário-maternidade ao cônjuge de mulher falecida no parto ou pós-parto, mesmo que ela não seja segurada pela Previdência. O benefício é estendido aos adotantes. O texto (PLS 492/2015), de Aécio Neves (PSDB-MG), havia sido aprovado como substitutivo da relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP). Agora segue para a Câmara.

### FÉRIAS AO APOSENTADO POR INVALIDEZ VAI AO PLENÁRIO

Outro projeto aprovado pela CAS é o que dá ao empregado aposentado por invalidez o direito de receber pelas férias não gozadas. O PLC 184/2015 segue para o Plenário. O texto obriga o empregador a pagar os dias de férias não gozados no momento de início da licença e, também, a gratificação de um terço. O pagamento deve ser feito no prazo de dez dias a partir da data da aposentadoria. A relatora, Fátima Bezerra (PT-RN), defendeu a aprovação.

### ENVIO DE AMOSTRAS PELO SUS PODE FICAR MAIS RÁPIDO

Projeto que permite ao SUS simplificar as remessas ao exterior de amostras com informação genética para análise em casos de surtos e epidemias com risco de disseminação nacional também foi aprovado ontem na CAS e segue agora para votação na Câmara. O PLS 26/2016, de José Serra (PSDB-SP), motivado pelo aumento dos casos de microcefalia no país, teve voto favorável da relatora, Ana Amélia (PP-RS).

# Aprovado relatório de MP sobre capital na aviação civil

Depois de ouvir parlamentares, relator mudou parecer, que previa a abertura total das empresas aéreas para participação de estrangeiros

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória 714/2016 aprovou ontem relatório do deputado Zé Geraldo (PT-BA) elevando para 49% a participação de capital estrangeiro em companhias aéreas brasileiras. A legislação atual (Lei 7.565/1986) permite participação de apenas 20%. Em seu relatório inicial, Zé Geraldo propôs a liberação total do capital estrangeiro na aviação civil brasileira. Mas, depois de ouvir parlamentares e representantes do setor privado, mudou de ideia.

— Nossa mudança não visa defender empresas aéreas, mas preservar um mercado estratégico para o Brasil, mantendo as empresas nas mãos de brasileiros e assegurando a manutenção de empregos no país. Acreditamos ter encontrado uma sintonia fina entre a necessidade de promover



Hélio José e o relator, deputado Zé Geraldo, na reunião da comissão mista

investimentos externos diretos nesse importante setor da economia brasileira ao mesmo tempo que salvuardamos a soberania nacional — explicou, ressaltando que a abertura do mercado deve ocorrer de forma gradual.

O relator acolheu parcial ou totalmente 21 das 44 emendas apresentadas. O substitutivo mantém a extinção do adicional de tarifa aeroportuária e permite que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) incorpore o valor dessa tarifa extinta a outras tarifas. Outro ponto mantido foi a possibilidade legal de que a outorga de aeroportos para a Infraero seja

feita por meio de contrato ou, como já acontece atualmente, por ato administrativo.

O adicional é cobrado dos passageiros em tributo embutido nas passagens e, das companhias aéreas, nos procedimentos de pouso e permanência das aeronaves. O valor se destina a financiar reformas e expansões de aeroportos administrados pela Infraero. O adicional representa um acréscimo de 35,9% no valor das tarifas. A MP extingue o tributo a partir de 1º de janeiro de 2017.

A matéria precisa agora ser apreciada nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

## Comissão já tem plano para avaliar política de energias alternativas

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem o plano de trabalho para a análise das políticas públicas de energia alternativa e renovável ao longo de 2016. A avaliação, a cada ano, de uma política pública conduzida pelo governo federal é uma das atribuições das comissões permanentes do Senado.

Hélio José (PMDB-DF), escolhido como relator do assunto, propôs a divisão da análise em quatro subtemas: o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa), o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem), os leilões de energia de reserva e a geração distribuída ou descentralizada.

O senador disse que o Brasil ainda tem muito a explorar na geração de energia, não em megaempreendimentos, longe dos centros urbanos, mas em pequenas unidades junto aos centros consumidores:

— No país a geração distribuída ainda está por acontecer, sendo uma opção técnica e economicamente viável. Porque é uma geração próxima aos centros de carga e que evita a implantação de grandes e custosas hidroelétricas e impedem a instalação de longas e dispendiosas linhas de transmissão.

A CI vai fazer uma audiência pública sobre cada subtema e um debate sobre o Programa Luz para Todos até o fim dos trabalhos, em novembro.



Garibaldi Alves, presidente da CI, conduz reunião que aprovou planejamento

## Debate considera ajuste fiscal “demolidor” para a educação

Em audiência na Comissão de Educação (CE) ontem, professores, representantes de estudantes e membros de movimentos sociais foram unânimes em afirmar que as medidas anunciadas pelo presidente interino, Michel Temer, e pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no pacote de ajuste fiscal podem ter um “impacto demolidor” para o financiamento da educação no Brasil.

O encontro foi conduzido pela vice-presidente da CE, Fátima Bezerra (PT-RN), que criticou a adoção de um teto constitucional de reajuste anual no financiamento para educação e saúde, assim como as propostas de

desvinculação nas receitas orçamentárias.

— Precisamos nos unir para preservar a educação pública em nosso país, voltada para o povo, para os mais pobres — alertou Fátima.

Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação,

considera “incongruente” a adoção de políticas econômicas que levam a fortes quedas no financiamento à educação, pois acredita que o setor que pode viabilizar um crescimento sustentável ao país:

— A sociedade não pode aceitar um plano econô-

mico que vai inviabilizar o PNE [Plano Nacional da Educação]. Se as medidas de Meirelles se viabilizarem, o Brasil vai se tornar um país ainda mais desigual e injusto do que já é.

Também participou do debate Gilvânia Nascimento, presidente da União Nacional

dos Conselhos Municipais de Educação, para quem “discutir educação sem verbas suficientes é pura retórica”. Marlete Santos, representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, disse que a existência na prática do PNE depende da mobilização da sociedade brasileira.



Fátima Bezerra preside audiência sobre cortes no financiamento da educação

## Fátima lamenta rejeição de nova audiência com representantes do governo e sociedade

Depois, em Plenário, Fátima lamentou a rejeição de um requerimento de sua autoria na reunião da Comissão de Educação. A senadora havia proposto uma nova audiência para debater a intenção do governo de

limitar gastos com saúde e educação, pública, desta vez com representantes do governo e da sociedade civil.

— Vamos rerepresentar nosso requerimento. A comissão não pode ficar omissa — afirmou.

## Randolfe pede atenção para “abandono” das universidades públicas

Os problemas financeiros e de gestão das universidades públicas, que vêm de governos anteriores, estão sendo agravados pelo “abandono”, afirmou Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

O senador pediu que o governo reveja suas prioridades. Também criticou o ministro da Educação, Mendonça Filho, por ainda não ter nomeado o secretário nacional de Educação Superior.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Jorge Viana condena extinção de ministério exclusivo para ciência

Jorge Viana (PT-AC) lamentou a extinção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, fundido com o das Comunicações. Para ele, a área é estratégica para o país. O senador lembrou que a extinção ocorreu justamente no ano em que o país criou um marco legal para o setor. Ele pediu apoio ao projeto dele que inclui no marco regulatório os pontos vetados pela presidente Dilma.



Moreno Mariz/Agência Senado

## Paulo Paim afirma que rombo na Previdência é “engodo político”

Segundo Paulo Paim (PT-RS), estudos apontam que não existe deficit da Previdência. Para ele, o rombo nas contas é “engodo político”. Haveria, ao contrário, superavit anual de R\$ 50 bilhões. Paim questionou o destino desses recursos acumulados.

O senador disse que o fim do Ministério da Previdência e a iminência de mais uma reforma previdenciária implicam a perda da força política que os trabalhadores segurados tinham para a manutenção dos seus direitos.

## Otto critica aumento para servidores públicos e criação de cargos

Otto Alencar (PSD-BA) considera inadequado, em momento de crise econômica, o Senado aprovar projeto já analisado pela Câmara que cria 14 mil cargos na administração pública federal e reajusta salários de servidores públicos. O parlamentar propõe que, antes de votar a matéria, seja ouvido o Ministério da Fazenda sobre o impacto dessas medidas no Orçamento.



Jefferson Ruy/Agência Senado